

As Metamorfoses da Europa

José Pedro Teixeira Fernandes

Artigo publicado na revista *História*, nº 60, Outubro de 2003, pp. 42-49

1. A Europa da Antiguidade Clássica Greco-Romana

É bem conhecida a origem mitológica da palavra «Europa», que se encontra na Antiguidade Clássica grega: a deusa Europa era filha de Agenor, rei da Fenícia¹. Mas, no Mundo Antigo, para além da beleza narrativa da explicação mitológica sobre a génese da Europa, a palavra servia, mais prosaicamente, para designar um continente, *i. e.* a(s) terra(s) helénica(s) situadas na margem esquerda do mar Egeu, a Ocidente do Bósforo, por oposição à terra (continente) situada no seu Oriente, designada por Ásia².

Com a ascensão do Império Romano e a sua subsequente conquista do mundo helénico, a palavra continuou a ser conhecida e utilizada, embora não de uma maneira auto-identificativa. A razão é compreensível se tivermos em conta que o Império Romano não era continental, mas mediterrânico, sendo formado pela hegemonia central da península itálica, sobre as zonas da Europa, Ásia e África que bordejavam o Mediterrâneo, com algumas penetrações continentais em profundidade como, por exemplo, no caso do Egipto ou da Arménia.

2. A Europa da Idade Média

A divisão do Império Romano no século IV da era Cristã (392), entre Império Romano do Ocidente (com capital em Roma) e Império Romano do Oriente (com capital em Constantinopla/Bizâncio), e a posterior queda de Roma no século V (476), às mãos dos invasores «bárbaros», levou à desintegração das províncias do

¹ René Martin [ed.], *Dicionário Cultural da Mitologia Greco-Romana*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1995, p 109.

² J. G. A Pocock, «Some Europes in Their History» in Anthony Pagden [ed.], *The Idea Of Europe. From Antiquity to the European Union*, Cambridge University Press, Cambridge MA, 2002, p. 56

«Ocidente», provocando uma primeira ruptura na (relativa) unidade do mundo antigo. A segunda ruptura, de consequências ainda mais profundas, ocorreu cerca de dois séculos mais tarde, quando uma revolução religiosa (o Islão) surgida no chamado «Crescente Fértil», levou à conquista Árabe-Muçulmana de grande parte da Ásia do Império Romano e de toda a África desse império, desde o Egipto até ao actual Magrebe, incluindo a «europeia» Península Ibérica. Estes acontecimentos provocaram uma dupla separação da Europa das outras terras mediterrânicas, e, como consequência desta separação, uma «migração» do conceito geográfico de «Europa» para o Ocidente, ao ponto de esta passar a definir uma península Atlântica chamando-lhe continente³.

Esta «migração da Europa» para o Ocidente não pode também ser compreendida sem uma referência ao Cristianismo e ao seu profundo impacto sobre este «processo migratório». Religião nascida nas províncias da Ásia do Império Romano, conheceu, nos primeiros séculos da era cristã, uma expansão significativa sobretudo nas áreas geográficas que, a após a divisão do Império Romano, ficaram sob controlo de Constantinopla/Bizâncio (*i. e.* do Império Romano do Oriente), as quais abrangem as zonas mais antigas de cristianização (cuja presença ainda hoje se pode detectar, por exemplo, nos cristãos gregorianos da Arménia, ou nos cristãos coptas do Egipto). Sendo mais tardia, a expansão ocorrida do lado Ocidental do Império Romano (Península Ibérica, França, Países Baixos) e nas regiões a Norte deste que, na sua esmagadora maioria nunca lhe estiveram submetidas (Ilhas Britânicas, «Germania» e Escandinávia) esta foi bastante mais duradoura e consistente, prolongando-se por quase toda a Idade Média.

É através de um complexo processo de fusão entre a cultura da Antiguidade Clássica greco-latina (especialmente na sua versão latina), as práticas culturais dos «bárbaros» que puserem fim ao poder imperial de Roma e ocuparam os seus territórios, e a tradição cristã (latina) medieval que progressivamente se impôs a essas populações, que se explica a «migração da Europa» para o Ocidente. Fundamental é também ter

³ J. G. A Pocock, *op.cit. ant.*, p. 60.

em conta que este processo ocorreu no já referido contexto de separação da «Europa» das outras terras mediterrânicas (*i. e.* do império Bizantino a Oriente e do império Árabe/Mongol/Turco a Sul/Oriente). Uma dos aspectos mais interessantes deste complexo processo de migração/metamorfose da «Europa» foi o facto de, no período medieval, a palavra quase ter desaparecido, e só se utilizar como mera expressão geográfica, sendo os termos mais frequentemente utilizados para o conjunto europeu por um lado, Cristandade e, por outro, Ocidente. A explicação da falta de utilização da palavra no período medieval encontra-se, provavelmente, ligada quer às suas raízes mitológicas «pagãs», quer à sua conotação com os territórios do Império Bizantino «oriental». Daí que o Cristianismo latino, especialmente após o cisma ocorrido no século XI, em 1054, preferisse, compreensivelmente, auto identificar-se como «Cristandade» (tomando deliberadamente a parte pelo todo), ou «Ocidente», numa lógica identitária nós/eles em que o «outro» no contexto da religião cristã, era a «Ortodoxia bizantina».

3. A Europa do Renascimento e do Iluminismo

É no período que começa no Renascimento (século XV) e que vai até ao Iluminismo (século XVIII), que a palavra «Europa» é progressivamente (re)introduzida, mas, agora, como uma conceptualização substancialmente diferente da que tinha na Antiguidade. A esta recuperação da palavra não foi estranho o extraordinário interesse do Renascimento pela cultura clássica greco-romana, sendo a(s) sua(s) mitologia(s) fonte de inspiração em numerosas obras literárias, de pintura, de escultura, e arquitectónicas. Daí que a deusa «Europa» voltasse também a ser centro das atenções.

Deste modo, a identificação como «nós», os «europeus», começou lentamente a emergir nos Estados do «Ocidente» cristão, facto a que também não foi indiferente o cada vez mais frequente contacto com povos originários de outros continentes, que lhe eram totalmente estranhos, especialmente a partir da expansão e colonização iniciada pelos descobrimentos portugueses, no século XV. Antes do século XIX, poucos diriam que eram «Asiáticos» ou «Africanos», quando confrontados com cultura

altamente diferenciadas, originárias de outros continentes geográficos. A exceção era constituída pelos «Europeus», que já se identificavam a si próprios dessa maneira⁴.

Mas, uma outra razão explica a crescente utilização, ocorrida sobretudo a partir dos séculos XVII/XVIII de uma palavra «laica», a «Europa», em detrimento de uma palavra de conotação religiosa, o «Ocidente» entendido como «Cristandade Ocidental». A (relativa) unidade sob a *Respublica Cristiana* medieval entrou em colapso nos séculos XVI/XVII, no meio de uma grande turbulência provocado pelo impacto religioso-político das doutrinas de Lutero e Calvino, o qual levou à fragmentação do cristianismo latino, entre Católicos e Protestantes. O antagonismo entre a reforma protestante e a contra-reforma católica culminou na chamada «Guerra dos Trinta Anos», que devastou o Ocidente cristão no século XVII. A subsequente paz de Westfália (1648) abriu, no plano político, o caminho para a progressiva afirmação do moderno Estado soberano (*i.e.*, sem a tutela, ainda que formal, do Papa e/ou do Imperador do Sacro Império Romano Germânico). E também abriu, ainda que de uma maneira mais indirecta, o caminho ao processo de separação (e posterior submissão), do poder religioso ao poder político do Estado, e da criação de um aparelho estadual secular, tal como hoje o conhecemos no «Ocidente».

Esse caminho foi sobretudo trilhado pelo Racionalismo e Iluminismo do século XVIII. É a este que se deve a (re)definição da Europa como uma «Civilização», a qual se opunha à «barbárie». É também neste período que a questão de saber quais os limites geográficos da Europa (*i.e.*, da «Civilização»), a Leste, se converteu num tema frequente de discussão. Uma percepção frequentemente partilhada pelos «europeus» dessa época, que viajavam para além da Alemanha, «para a Católica Polónia, a Ortodoxa Rússia e a ainda Otomana Península Balcânica», é a de que entravam, subitamente, num «estranho e arcaico mundo de vastas distâncias, de servidões

⁴ Anthony Pagden, «Conceptualizing a Continent» in Anthony Pagden [ed.], *The Idea Of Europe. From Antiquity to the European Union*, Cambridge University Press, Cambridge MA, 2002, p. 33.

camponesas, de oficiais brutais – um mundo que correspondia demasiado facilmente, às suas noções recebidas de ‘despotismo oriental’⁵.

4. A Europa do século XIX e da I Guerra Mundial

A percepção do «outro» dominante no Iluminismo continua, senão mesmo aprofundase, durante o século XIX. Na década de 20 desse século, o príncipe de Metternich, chanceler do Império Austríaco, principal artífice da ordem europeia saída Congresso de Viena de 1815, afirmava que a «a Ásia começa na ‘Landstrasse’», a estrada real que saía para o Sul e para Leste e que ligava Viena às planícies da Hungria. Mas, a célebre frase do chanceler austríaco não reflectia uma opinião de modo algum singular, ou isolada da visão da elite dirigente europeia do século XIX. Numa linha similar, Otto von Bismarck, o «chanceler de ferro» da Prússia, que foi o grande unificador da Alemanha imperial novecentista, afirmou que «os Balcãs não valiam os ossos de um soldado da Pomerânia». E o arquiduque Francisco Fernando, o herdeiro do trono da Áustria-Hungria cujo assassinato (1914), esteve na origem directa do desencadear da I Guerra Mundial terá comentado que «foi um acto de mau gosto para os Húngaros terem vindo para a Europa». Nesta visão eurocêntrica e imperial, a designação de «Próximo Oriente» referia-se à área do Mediterrâneo Oriental, no qual se incluíam os Balcãs. Como afirmava o escritor britânico, Rudyard Kipling, o «Oriente era Oriente e o Ocidente era Ocidente» e, pelos parâmetros europeus novecentistas, o Sudeste Europeu era mesmo «Oriente»⁶.

Não deixa por isso de ser irónico verificar a metamorfose (quase) total que o conceito de «Europa» sofreu, quando comparado o significado geográfico que os gregos lhe davam na Antiguidade, com o significado que adquiriu no século XIX (significado esse que, embora de uma maneira mais atenuada, continuou a persistir ao longo do século XX). E a alteração foi tão grande que, a zona geográfica à qual o termo foi

⁵ Larry Wolff citado por J.G.A. Pocock, *op. cit. ant.*, pp. 66-67.

⁶ Steven W. Sowards, «‘Asia begins at the Landstrasse:’ Comparing Eastern European and European histories» in *Twenty-Five Lectures on Modern Balkan History (The Balkans in the Age of Nationalism)*, <http://www.lib.msu.edu/sowards/balkan/lecture2.html>

originalmente aplicado, hoje, só quase marginalmente é representada como sendo europeia⁷.

A representação dominante dos Balcãs e do Império Otomano feita pelos «europeus» século XIX e início do século XX, como um *alien* do Sudeste (a excepção era Grécia ligada umbilicalmente à «Europa» pela cultura clássica, permitia resolver, a bem ou a mal, o problema do limite da «Europa» nessa zona geográfica. Mas é também necessário analisar como era resolvida a questão da sua configuração a Leste. Aqui, o problema era, e ainda hoje é, mais insolúvel, pois a «Europa não é senão a ponta do imenso continente asiático, que deverá, por isso, ser denominado euro-asiático»⁸.

Face à inexistência de um limite natural como o Atlântico a Ocidente e a Norte, e o Mediterrâneo a Sul, a análise questão do *limes* (fronteira) da Europa remete inevitavelmente para a relação da «Europa» com a Rússia, e à maneira como esta é percebida pelos «europeus». Ora, essa percepção variou ao longo da história, oscilando entre sentimentos de exclusão e de pertença, ditados por razões culturais/religiosas/políticas que se projectaram na fluidez e mutabilidade do limite geográfico. Quer dizer, a fronteira Leste da Europa, encerra, ainda hoje, os mesmos problemas do passado, pois, a delimitação efectuada nos séculos XIX/XX – com os montes Urais e os rios Emba/Kerch a funcionarem como *limes* –, não é mais do que uma (discutível) convenção geográfica, que continua a deixar a questão em aberto.

5. A Europa da II Guerra Mundial e da Guerra Fria

No século XX, após a II Guerra Mundial (1939-1945), a Guerra Fria em que se envolveram as superpotências – EUA e ex-URSS – secundadas pelos respectivos aliados, foi amplamente dominada por disputas político-ideológicas e de zonas influência. É este contexto histórico que permite compreender o facto de a referência à «Europa», no singular, ter sido largamente preterida por um referência plural/dicotómica a duas Europas – a Ocidental e a de Leste. A «Europa Ocidental»

⁷ J.G.A. Pocok, *op. cit. ant.*, p. 60.

⁸ Jacques le Goff, *A Velha Europa e a Nossa* (trad. port.), Gradiva, Lisboa, 1996, p. 6.

era parte integrante do «Mundo Livre», e abrangia, grosso modo, os Estados europeus que aceitavam, no essencial, as regras da democracia liberal e do capitalismo de mercado, por oposição ao «outro», a «Europa de Leste» organizada segundo os princípios do(s) socialismo(s)-comunista(s) e da planificação económica central. Por sua vez, as «democracias populares» da «Europa de Leste», auto representavam-se como as verdadeiras democracias, por oposição àquilo que consideravam ser as caricaturas burguesas-liberais da «Europa Ocidental».

Se a representação dominante de Europa no plural, *i.e.* de «Europa Ocidental» e de «Europa de Leste», foi construída por razões político-estratégicas evidentes, associadas ao interesse da superpotência dominante do «Mundo Livre», o mesmo se pode dizer das (contra)conceptualizações que, na «guerra das representações», surgiram durante o período do conflito ideológico. A primeira, foi a do general Charles de Gaulle, herói da resistência gaulesa à Alemanha nazi na II Guerra Mundial, e carismático presidente da República Francesa do pós-guerra, o qual propôs, no início dos anos 60 do século XX, a ideia de uma única «Europa do Atlântico aos Urais», que designou por *Europe des Patries*. Este conceito, que apelava à ideia de unidade da geografia e da cultura «europeias», foi essencialmente desenvolvido por motivações político-estratégicas, as quais também não são difíceis de perceber: a vontade de quebrar com as esferas de influência das superpotências, na «Europa Ocidental» e na «Europa de Leste», abrindo caminho a uma liderança francesa, numa única «Europa do Atlântico aos Urais».

A segunda, foi proposta pelo último presidente da ex-URSS, Mikhail Gorbatchev que, década 80, desenvolveu a ideia de uma «Casa Comum Europeia». Este conceito, que à semelhança da ideia da «Europa do Atlântico aos Urais», do general Charles de Gaulle, também apelava à ideia duma unidade da geografia e da cultura «europeias», explica-se, sobretudo, por intuítos político-estratégicos: a procura de novas formas de influência da ex-União Soviética no espaço europeu, quando se começava a tornar

claro que, por falência do modelo económico-social soviético, a sustentação político-económico-militar da «Europa de Leste» era inviável⁹.

6. A Europa do pós-Guerra Fria

Os acontecimentos de 1989-1991, que trouxeram o final da Guerra Fria, levaram também à reabertura do debate sobre a ideia de Europa, dada a perda de sentido da dicotomia Europa (Occidental)/Europa (Oriental), uma vez que esta se alimentava do (extinto) conflito ideológico. Com a desagregação da antiga URSS e da sua esfera de influência na Europa de Leste, as Comunidades, agora transformadas em União Europeia, envolveram-se no maior processo de alargamento da sua história. Deste modo, em Maio de 2004 vão ser oficialmente admitidos como membros dez novos Estados (Polónia, República Checa, Hungria, Estónia, Letónia e Lituânia, Eslovénia, Eslováquia, Malta e Chipre); em 2006/2007 preve-se a adesão da Roménia e da Bulgária; e, desde 1999, a Turquia é também um candidato oficial à adesão. No contexto actual, é a candidatura deste último Estado que torna a questão dos limites geográficos e culturais/civilizacionais da Europa, não só um desafio intelectual, um problema bem real para os decisores da UE.

No plano teórico, entre os diversos trabalhos publicados sobre esta temática, destaca-se o (polémico) contributo do cientista político norte-americano, Samuel P. Huntington, que procurou responder à questão: «quem pode ser considerado europeu e, como tal, ser membro potencial da União Europeia?» Segundo este, é a «grande fronteira histórica que existiu durante séculos entre os povos cristãos do Ocidente e os povos muçulmanos e ortodoxos [que] fornece a resposta mais convincente» à questão do *limes* europeu, a qual, de um ponto de vista histórico «remonta à divisão do Império Romano, no século IV», e à criação do Sacro Império Romano-Germânico, no século X. De um ponto de vista geográfico, esta «tem-se mantido aproximadamente idêntica nos últimos quinhentos anos», tendo a seguinte configuração: «partindo de norte, passa pelas actuais fronteiras entre a Finlândia e a

⁹ José Pedro Teixeira Fernandes, *A Segurança da Europa Occidental: uma Arquitectura Euro-Atlântica Multidimensional*, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Lisboa,

Rússia, os Estados bálticos (Estónia, Letónia e Lituânia) e a Rússia, segue pela parte ocidental da Bielorrússia e da Ucrânia – separando os uniatas, a ocidente, dos ortodoxos, a oriente –, atravessando a Roménia, entre a Transilvânia, cuja população húngara é católica, e o resto do país, e continua através da antiga Jugoslávia, ao longo da fronteira que separa a Eslovénia e a Croácia das outras repúblicas. Nos Balcãs, claro está, esta linha coincide com a divisão histórica entre os império Austro-Húngaro e o Otomano. É a fronteira cultural da Europa e no mundo do pós-Guerra Fria é também a fronteira política e económica da Europa e do Ocidente.»¹⁰

A visão (hiper)realista e «ocidentalocêntrica» de Samuel P. Huntington está longe de ser consensual, tendo, até, dado origem a acesas polémicas nos meios académicos e no discurso político. Entre as múltiplas visões alternativas (que também estão longe da consensualidade) destacam-se as concepções «construtivistas», baseadas em ideais de tipo multicultural. É o caso da concepção «pan-europeia» do conde austríaco Richard Coudenhove-Kalergi, um dos mais célebres impulsionadores da ideia de uma Europa unida. Para o finlandês Anssi Kullberg, um antigo membro da União Paneuropeia de Coudenhove-Kalergi, «não há uma fronteira definitiva da Europa no Leste», sublinhando também que, como paneuropeu, «sempre considerou a Europa como algo que não precisa de ser estritamente definido e separado do resto do mundo». Na sua opinião, a Paneuropa é «toda a Europa», o que pressupõe um entendimento amplo e tolerante de Europa», o mesmo se aplicando à definição de «cultura europeia».¹¹

Ainda segundo Kullberg, existem sobre este assunto duas ideias básicas, ambas simplistas, que convém denunciar, pelas distorções que contêm: a primeira é a de que «a cultura europeia é sinónimo de cultura ocidental», incluindo valores como a liberdade, a democracia, a economia de mercado, a tolerância e a justiça promovida pelo Estado. Se esses são «valores europeus», então a Europa estende-se através do Atlântico, bem como para «os oásis da cultura política ocidental na área do Pacífico».

2002, p. 30

¹⁰ Samuel P. Huntington, *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial* (trad. port.), Gradiva, Lisboa, 1999, p. 185.

A segunda, é a de que cultura europeia e Cristandade são sinónimos. Embora reconhecendo o papel predominante do Cristianismo, e que os valores cristãos podem ser vistos como suporte dos valores europeus, sustenta que «religião e cultura são duas coisas diferentes», sendo perigosa a assimilação de um conceito pelo outro.

Saíndo do plano teórico para o plano político, impõe-se analisar o conceito/ideia de Europa, tal como este é entendido no âmbito do processo de integração das Comunidades/União Europeia. Neste contexto, é importante notar que, nem nos tratados fundadores das Comunidades (tratados de Paris e de Roma), nem nos mais recentes desenvolvimentos da actual União Europeia (tratados de Maastricht, Amesterdão e Nice), existe qualquer referência explícita ao contornos geográficos e culturais do conceito/ideia de Europa. Mas, esta omissão é relevante, na medida em que deixa em aberto a questão de saber quem pode ser membro da União Europeia. Se a opção política foi esta, a verdade é que na primeira metade dos anos 90, quando se começou a desenhar o problema da adesão da Turquia à União Europeia, foi necessário abordar esta delicada questão. Nessa altura, a ideia dos decisores da UE, foi delinear alguns princípios gerais e abstractos, evitando o «terreno pantanoso» da geografia e da cultura, e, especialmente, a questão «espinhosa» da matriz cristã da Europa. Deste esforço, resultaram os chamados «critérios de Copenhaga» (Estado de direito democrático, economia de mercado com capacidade competitiva, capacidade de observância das obrigações inerentes à adesão, e criação de mecanismos que permitam a transposição dos direito europeu para a legislação nacional), que actualmente condicionam a adesão dos novos candidatos.

Naturalmente que uma questão desta relevância se voltou a levantar nos trabalhos da actual Convenção Europeia, presidida por Valéry Giscard d'Estaing, a qual elaborou um projecto de Constituição Europeia. Este documento, que deverá servir de base às negociações da Conferência Intergovernamental (CIG) que vai decorrer sobre este assunto, contém, no seu título IX, sob a epígrafe «Pertença à União», aquilo que o

¹¹ Anssi Kullberg, «Where is Europe's End?» in *The Eurasian Politician* (22 December 2002),

artigo I-57 explicita como sendo «os critérios de elegibilidade e processos de adesão à União»¹². Atente-se no seu teor:

1. A União está aberta a todos os Estados europeus que respeitam os valores a que se refere o artigo 2 [dignidade humana, liberdade, democracia, Estado de direito, direitos do Homem] e se comprometem a promovê-los em comum.
2. Qualquer Estado europeu que deseje tornar-se membro da União poderá dirigir ao Conselho um pedido nesse sentido [...] O Conselho pronuncia-se por unanimidade, depois de consultar a Comissão e após a aprovação do Parlamento europeu.

A questão que de imediato salta à vista é a de saber o que é um «Estado europeu», para efeitos de integração na União Europeia. Ora, como o texto do projecto de Constituição não o explicita, e, como vimos, no debate teórico, os entendimentos sobre conceito/ideia de Europa estão longe de ser consensuais, a questão mantém-se em aberto, o que, naturalmente, perpetua a incerteza sobre quem pode ser elegível para membro da UE. Resta saber se será esta a versão final que vai constar do texto da (futura) Constituição Europeia.

7. A Europa do século XXI: «quo vadis» Europa?»¹³

A análise do conceito/ideia de Europa ao longo da História, faz sobressair, com clareza, a percepção de que estamos perante uma realidade em (quase) permanente mutação. É inquestionável a existência de sucessivas metamorfoses, desde a sua origem mitológica, na Grécia da Antiguidade Clássica, passando pela Idade Média, até à actual União Europeia. Por isso, o actual debate teórico reflecte e alimenta-se, simultaneamente, dessas metamorfoses do passado. Isto permite, quer a Samuel P. Huntington, quer a Anssi Kullberg, utilizarem argumentos históricos para sustentarem conceito(s)/ideia(s) de Europa, com perspectivas contraditórias, manifestamente irreconciliáveis.

<http://www.cc.jyu.fi/~aphamala/pe/2002/eitaraja.htm>

¹² Convenção Europeia, *Projecto de Constituição*, Conv/724/03, <http://europa.eu.int/> (26 Maio 2003).

¹³ Interrogação popularizada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, Joschka Fischer, numa conferência efectuada Universidade de Humboldt, em Berlim (12 Maio 2000), e intitulada «Da Confederação à Federação – Reflexões sobre a Finalidade da Integração Europeia».

Face a esta complexidade, é compreensível que União Europeia tenha sempre evitado a delicada questão de traçar um conceito político-jurídico de Europa, pois este passaria a funcionar, automaticamente, como critério de inclusão/exclusão dos eventuais candidatos, retirando-lhe margem de manobra política. O grande problema é que esta atitude tem, ao mesmo tempo, custos significativos na sua imagem e credibilidade junto da opinião pública. A sensação que por vezes fica é a de se querer trilhar um caminho (o dos alargamentos), sem ter uma ideia clara sobre o destino (*i.e.*, de se avançar à deriva, sem rumo político-estratégico), sendo os limites da configuração da UE uma espécie de nebulosa, onde se esconde a sua (próxima/longínqua) metamorfose....